

PROCESSO N° : 2014/0903/0057 Volume I e II
UNIDADE GESTORA : Polícia Militar do Estado do Tocantins
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2013
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 58 /2014

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da Polícia Militar do Estado do Tocantins, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 2.595/2005.

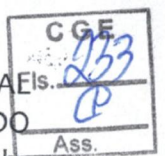
2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art.9° da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2013**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, à fl. 67, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresentou superávit orçamentário de 4,51%, o que indica a boa situação da execução orçamentaria da unidade.

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um excelente nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 97,39%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	360.935.510,00	358.757.295,53	99,40
Despesa de Capital	8.061.417,00	626.571,19	7,77
TOTAL	368.996.927,00	359.383.866,72	97,39



FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
0100 - Recursos Ordinários	357.147.199,00	357.147.181,92	99,99
0223 – Recursos de Convênios com a Iniciativa Privada	201.759,00	125.681,88	62,29
0225 – Recursos de Convênios com órgãos federais	9.500.000,00	982.707,67	10,34
0227 – Cota Parte do Convenio DETRAN/SSP/Polícia Militar	2.147.969,00	1.128.295,25	52,53
TOTAL	368.996.927,00	359.383.866,72	97,39

3.3 As alterações no orçamento inicial refletem um aumento de 20,67%, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.4 A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 10.002.654,68, somada à receita extra orçamentária no valor de R\$ 406.479.292,43, às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 366.366.685,24 e ao saldo financeiro remanescente, no valor de R\$ 2.750.569,01, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 359.383.866,72, extra orçamentárias no valor de R\$ 416.195.722,66, restando saldo de R\$ 10.019.611,98 para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 68 e 69.

3.5 O Balanço Patrimonial, à fl. 73 e 74, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.5.1 O Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro em 220,24%, indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de endividamento.

3.5.2 O resultado da comparação do Ativo Permanente, composto pelos bens móveis, imóveis, suprimento de fundos, depreciação acumulada, almoxarifado e participação no capital de empresas, com o Passivo Permanente (Dívida Fundada), representado pelo parcelamento junto ao INSS e Obrigações a Pagar – Folha de Pagamento, revela que os valores dos compromissos de longo prazo é de 87,91%.



3.5.3 O Ativo Real Líquido teve redução de 29,76% em relação ao exercício anterior, devido ao aumento do Passivo Permanente.

3.5.4 Os bens patrimoniais estão registrados pela contabilidade no valor de **R\$ 25.005.429,07**, sendo que **R\$ 19.376.070,73** são de bens móveis, **R\$ 6.136.099,26** são de bens imóveis a cadastrar, **R\$ 4.645,74** são bens em processo de localização e (**R\$ 511.386,66**) são de depreciação acumulada. Houve no exercício valores de incorporações de bens móveis por aquisição no valor de **R\$ 124.751,86**, independente de execução orçamentária no valor de **R\$ 1.479,00**, por doação no valor de **R\$ 2.173.860,00**, e por valorização no valor de **R\$ 3.696,18**, e baixa de bens móveis por alienação no valor de **R\$ 272.000,00**, independente de execução orçamentária no valor de **R\$ 9.293,92**, por doação no valor de **R\$ 81.217,02** e por desvalorização no valor de **R\$ 597.612,81**, havendo divergência devido a não integração entre os sistemas SIAFEM e SISPAT, devidamente justificada, às fls. 130 e 131.

3.5.4.1 Os bens patrimoniais de terceiros estão registrados pela contabilidade no valor de **R\$ 8.932.715,79**, deste valor **R\$ 350.061,45** são bens imóveis, **R\$ 7.783.694,97** são de bens móveis.

3.5.5 A conta contábil "Almoxarifado" apresenta saldo no valor de **R\$ 629.952,89**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 134 a 144.

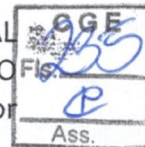
3.5 A conta "Disponível" registra saldo no valor total de **R\$ 10.019.611,98**, que confere com o balancete, extratos e está conciliada com a bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco movimento R\$ 10.019.611,98:

1 - R\$ 6.449,10 – Cota Única;

2 - R\$ 10.013.162,88 nas contas bancárias específicas;

3.6 As contas do passivo circulante (fl. 95), no valor de R\$ 25.708.066,96, correspondentes consignações, outros credores, restos a pagar, valores não reclamados e Obrigações a Pagar – Folha de Pagamento.



3.7 O Demonstrativo do Ativo Realizável (fl. 83) evidencia um saldo no valor de R\$ 13.951,43, devidamente identificado pela contabilidade (fl. 89), referente a outros devedores diversos a receber – exercício 2013.

3.8 O saldo inicial da “exigível a longo prazo” registra dívida fundada no valor de R\$ 14.020,46, referente ao parcelamento com o INSS. No exercício de 2013 foi efetuado pagamento no valor de R\$ 7.672,00, permanecendo saldo que passa para o ano seguinte no valor de R\$ 6.348,46.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos, foram inicialmente acompanhados pelos agentes do Núcleo Setorial de Controle Interno - NUSCIN, durante o período de 1º de janeiro a 24 de fevereiro do exercício em análise, haja vista que com a publicação da Medida Provisória nº 4/2013, convertida na Lei nº 2.735/2013, os mesmos foram extintos, passando esse acompanhamento a ser efetuado somente pela Controladoria Geral, por meio da utilização das técnicas de controle interno.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos e inspeções nos procedimentos administrativos foi possível identificar falhas e indicar recomendações através do relatório de inspeção nº 08/2013.

5. Ressalte-se, por oportuno, que não houve manifestação do órgão quanto a Auditoria realizada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado na Polícia Militar do Estado do Tocantins no exercício em análise.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão, às fls. 22 a 53 e 187 a 230, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a Polícia Militar do Estado do Tocantins, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das

[Handwritten signatures and initials]



ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.678/2012 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos nos Programas Temáticos; Segurança e Proteção ao Cidadão e o Programa Governo e Cidadão com suporte nas ações do Programa de Gestão e Manutenção da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

6.1.2 Para a realização das iniciativas foram criados 18 (dezoito) ações governamentais, sendo de 12 (doze) natureza atividade, e 06 (seis) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices de gestão orçamentário-financeira.

6.1.3 Houve recebimento de recursos federais no exercício na ordem de R\$ 7.418.968,42, de instituições privadas no valor de R\$ 205.000,00, conforme demonstrado no Anexo 10, à fl. 58, e não houve transferência de recursos federais conforme demonstrado no Anexo 2, à fl.57.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. 177 a 178, um quantitativo de 3.855 servidores ativos, sendo que 14 servidores foram admitidos no exercício de 2013 por meio de concurso, conforme declaração, às fls. 180 e 181.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela REGULARIDADE das contas apresentadas pelos responsáveis Luís Cláudio Gonçalves Benício e outros relacionados, às fls. 04 e 05, deste relatório.

QUINTA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2014.



ANDRE PEGO RODRIGUES

Supervisor

DAYSILANE BRITO RODRIGUES

Supervisora

I – De acordo.

ROSARIO LUIZ DA SILVA

Coordenador da 5ª Coordenação de Controle Interno

II - De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Secretário-Chefe.

Cleber Barros Arraes
Diretor do Controle Interno